


A GUERRILHA DO ARAGUAIA E A MEMÓRIA COMO DIREITO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Moisés Pereira Silva¹ 

Marcos Edilson de Araújo Clemente² 

Jôyara Maria Silva de Oliveira³ 

Resumo: Muitos professores ainda precisam responder a velha pergunta feita a Marc Bloch (2002), para que serve a história. E há, por outro lado, os convictos de que a história, como a arte e a filosofia, não precisa, e nem deve ter utilidade. Esse velho dilema sustenta aquelas aulas odiosas de que falou Murilo Mendes (*apud* NADAI, 1993) ainda no início do século XX. Nesse artigo, que socializa experiência de pesquisa e de docência, parte-se da crítica a assepsia do currículo em relação aos povos do campo para propor a memória como possibilidade de ressignificação do ensino de história, fundamento cuja referência são os postulados de Rüsen (2006; 2015) e Paulo Freire (1987; 2008). Isso implica dizer que é preciso, sobretudo no âmbito da educação básica planejada e realizada no campo, empreender esforços no sentido de garantir aos povos do campo, especialmente o povo camponês do Araguaia-Tocantins, marcado pela violência de Estado, o direito ao passado. Foi acerca desse contexto que o documento *Direito à Memória e à Verdade* elaborado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (BRASIL, 2007), resultado da contribuição de sujeitos e instituições, com repercussões na Corte Interamericana de Direitos Humanos, entendeu a garantia da memória como forma de reparação da violência, para o que entendemos, a educação também pode e deve contribuir.

Palavras-chave: Guerrilha do Araguaia. Memória. Ensino de História.

THE ARAGUAIA GUERRILLA AND MEMORY AS A RIGHT IN BASIC EDUCATION

Abstract: Many teachers still need to answer the old question posed to Marc Bloch (2002), what is history for. And there are, on the other hand, those who are convinced that history, like art and philosophy, does not need and should not be useful. This old dilemma sustains those odious classes that Murilo Mendes (*apud* NADAI, 1993) spoke about at the beginning of the 20th century. In this article, which socializes research and teaching experience, it starts from the criticism of the asepsis of the curriculum in relation to rural people to propose memory as a possibility of resignifying the teaching of history, a foundation whose reference is the postulates of Rüsen (2006; 2015) and Paulo Freire (1987; 2008). This implies that it is necessary, especially in the context of basic education planned and carried out in the countryside, to make efforts to guarantee rural people, especially the peasant people of Araguaia-Tocantins, marked by State violence, the right to the past. It was in this context that the document *Right to Memory and Truth* prepared by the Special Commission on Political Deaths and Disappearances (BRASIL, 2007), resulting from the contribution of subjects and institutions, with repercussions on the Inter-American Court of Human Rights, understood the guarantee of memory as a form of reparation for violence, for what we understand, education can and should also contribute.

Keywords: Araguaia Guerrilla. Memory. History teaching

¹ Doutor em História Social. Professor adjunto do Colegiado de História e do Mestrado Profissional em Ensino de História. Pesquisador dos temas: questão agrária, trabalho escravo contemporâneo e ensino de História.

² Professor Adjunto do colegiado de história e do Mestrado Profissional de Ensino de História, da Universidade Federal do Norte do Tocantins.

³ Mestrado Interdisciplinar. Professora da Educação Básica, SEMED-Araguaína.

LA GUERRILLA DE ARAGUAIA Y LA MEMORIA COMO DERECHO EN LA EDUCACIÓN BÁSICA

Resumen: Muchos profesores aún necesitan responder a la vieja pregunta planteada a Marc Bloch (2002), ¿para qué sirve la historia? Y están, en cambio, los que están convencidos de que la historia, como el arte y la filosofía, no necesita ni debe ser útil. Este viejo dilema sustenta aquellas clases odiosas de las que hablaba Murilo Mendes (apud NADAI, 1993) a principios del siglo XX. En este artículo, que socializa la investigación y la experiencia docente, parte de la crítica a la asepsia del currículo en relación con la población rural para proponer la memoria como posibilidad de resignificar la enseñanza de la historia, fundamento que tiene como referencia los postulados de Rüsen (2006; 2015) y Paulo Freire (1987; 2008). Esto implica que es necesario, especialmente en el contexto de la educación básica planificada y realizada en el campo, hacer esfuerzos para garantizar a la población rural, en especial a la población campesina de Araguaia-Tocantins, marcada por la violencia del Estado, el derecho al pasado. Fue en este contexto que el documento Derecho a la Memoria y a la Verdad elaborado por la Comisión Especial sobre Muertes y Desapariciones Políticas (BRASIL, 2007), fruto del aporte de sujetos e instituciones, con repercusión en la Corte Interamericana de Derechos Humanos, entendida la garantía de la memoria como una forma de reparación de la violencia, por lo que entendemos, la educación también puede y debe contribuir.

Palabras clave: Guerrilla de la Araguaia. Memoria. enseñanza de la historia.

Introdução – Alvorecendo

A história como disciplina escolar nasceu prenhe de uma terrível contradição, a pretensão de neutralidade, critério de acesso ao posto de ciência imposto pelo discurso positivista daquele século XIX e, ao mesmo tempo, tendo sua própria razão de ser no papel que lhe impunham os Estados Nacionais, inclusive nos trópicos, papel eminentemente prático-político, por isso em nada neutro. E da permanência histórica dessa pretensão se ressentem adolescentes e jovens que, no tempo presente, não encontram respostas à velha pergunta para cujo termo Marc Bloch (2002) escreveu várias páginas. E não encontrando sentido a uma história que não lhes dizem respeito, jovens e adolescentes vão do ódio à indiferença frente a um ensino desconectado do mundo e dos viventes desse mundo. É disso que trata esse texto, de uma reflexão que, partindo da experiência docente de atuação em escolas do campo no Araguaia-Tocantins, desenvolve a crítica do distanciamento entre educação, sujeitos e memória, pensando essa última como possibilidade curricular, alternativa à história amorfa, que não espelha nada nem ninguém.

Já se demonstrou que o Bico do Papagaio, extremo norte do Tocantins, é toponímia de conflitos sociais⁴. Mas, em que pese as constantes inserções na imprensa de casos de violência agrária nessa região, sobretudo entre a segunda metade da década de 1970 e primeira metade da década de 1980⁵, o fenômeno da violência era mais generalizado, atingindo com mais força o Araguaia-Tocantins⁶, fator agravado a partir da abertura das grandes rodovias e da política do Estado de financiamento do avanço do capital sobre a região a partir dos incentivos fiscais. A Guerrilha do Araguaia⁷, em que pese tratar-se de um conflito entre os militantes do Partido Comunista do Brasil, PC do B, e as forças repressivas do Estado, seja por constituir potencial de adesão ao projeto comunista⁸, seja por oferecer aos agentes da repressão os parceiros necessários ao seu projeto repressivo⁹, também repercutiu esse cenário de conflito ligado à disputa pelas terras e o agravou. Em que pese esse cenário, marca do avanço capitalista sobre essa fronteira agrícola na segunda metade do século XX, pouco, e por muito tempo nada, se discute nas aulas de história. É como se isso não interessasse aos sujeitos a quem essa educação se dirige, cujo passado está vinculado a esta história. A interdição da memória sobre a Guerrilha do Araguaia, à medida que ultrapassa o limite dos esforços do

⁴ Entre outros, merecem destaque os estudos de Victor Asselin (1982), Alfredo Wagner Almeida (1993), Rivaldo Chinem (1983), José Adelson da Cruz (2000), Ricardo Figueira (1986; 2004), Ricardo Kotscho (1982) Octávio Ianni (1978) e José de Souza Martins (1997).

⁵ Teve grande repercussão à época o assassinato do Padre Josimo Moraes Tavares, morto a tiros por um pistoleiro em Imperatriz em 10 de maio de 1986, morte motivada pelo seu trabalho junto aos posseiros da região do Bico do Papagaio.

⁶ Araguaia-Tocantins é a região de confluência dos rios Araguaia e Tocantins, que, até 1989, incorporava a parte norte do Mato Grosso, o sudeste paraense, o norte goiano e sul do Maranhão. Outro termo utilizado nesse artigo será Bico do Papagaio, referência à parte norte de Goiás limitada pelos rios Araguaia e Tocantins. O Bico do Papagaio, embora estivesse nos limites entre os estados de Goiás, Pará e Maranhão é, geograficamente, menor em relação ao Araguaia-Tocantins porque diz respeito aos municípios tocantinenses, outrora goianos, que margeiam os rios Araguaia e Tocantins. A Amazônia é a região maior que inclui essas duas regiões menores, mas não inclui áreas do Maranhão, que integra o Nordeste brasileiro.

⁷ A Guerrilha do Araguaia foi um conflito armado entre as forças militares do Estado Ditatorial e militantes do PC do B, este último grupo pretendendo desencastelar o primeiro grupo do poder e, a partir daí, promover um governo comunista no país. Todavia, dizer que a Guerrilha foi conflito armado termina sendo um termo impreciso a partir do qual, inclusive, pode-se alimentar a falsa ideia de que as condições de beligerância se equivaliam. A Guerrilha do Araguaia foi um movimento armado que resultou no massacre de camponeses e guerrilheiros é outra definição, no nosso entender, mais próxima da realidade histórica. Todavia, importa esclarecer, desde já, a Guerrilha do Araguaia não é o objeto dessa discussão. O objeto dessa discussão é problematizar a Guerrilha enquanto conteúdo de ensino considerando o direito à memória como substrato.

⁸ Os conflitos em torno da luta pela terra foi um dos motivos indicados pelo PC do B para a escolha da Região do Araguaia para implantação da Guerrilha (PC DO B, s/d).

⁹ Pequenos fazendeiros, madeireiros, comerciantes e políticos locais colaboraram com as forças do Estado na expectativa de vantagens conforme o campo de atuação do colaborador. Aos madeireiros, apoio para continuar o processo de desmatamento da Amazônia; aos políticos ampliação do lastro de poder e às demais categorias, promessa paga.

Estado¹⁰ repressor e se soma, no tempo presente, ao silêncio curricular¹¹ sobre as demandas dos pobres do campo e da cidade, é matéria privilegiada para a reflexão sobre a efetivação do direito à memória dos estudantes da Educação Básica.

Essa reflexão é substanciada por duas vivências complementares, a docência na Educação Básica no sul do Pará e, depois, o trabalho na formação inicial de professores, nesse último caso, sobretudo experiências junto ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, PIBIC, e Programa Alvorecer, da Universidade Federal do Norte do Tocantins. A vinculação a estes programas e o próprio sentido da docência superior, faz-se priorizando ações que, procurando atender demandas discentes e da comunidade, orientadas pela pesquisa e com repercussões no ensino, aproximem a universidade da realidade das comunidades locais e estas comunidades da universidade através de práticas de extensão. Foi, pois, na esteira dessa ambição que, adstringindo pesquisa, ensino e extensão, se procurou discutir o ensino de história a partir da memória da Guerrilha do Araguaia, memória captada pelos relatos orais de mulheres camponesas da Vila Santa Cruz dos Martírios, no sul do Pará e, desse contexto, problematizar os silêncios sobre as demandas camponesas e a memória da Guerrilha como um direito dos povos do campo, especialmente daqueles mais diretamente afetados pelas ações repressivas do Estado, especialmente na década de 1970¹², embora também antes e depois desse período.

As ações que subsidiam essa reflexão foram circunstanciadas pelo lugar dos seus proponentes, especialmente pelo dever ético de quem trabalha com a formação inicial de professores de História. À consciência desse dever se acresce o lugar de origem de graduandos e professor, lugar marcado pelo sangue da luta pela vida que implica, para os povos do campo, a luta pela terra e pela dignidade do trabalho. Os povos do campo e das pequenas cidades do Norte do Tocantins e, de modo mais geral dos Vales dos Rios Araguaia-Tocantins, vivem, para além do “tempo da guerra”, cotidianamente o embate entre projetos e sociabilidades. Nos casos em que homens e mulheres são privados da

¹⁰ A pesquisa de Peixoto (2011) demonstra como Sebastião Curió Rodrigues de Moura, o Curió, onipresença no Araguaia-Tocantins, atuou no silenciamento e contra-discurso da Guerrilha do Araguaia.

¹¹ Nesse campo de disputa que é o currículo (ARROYO, 20113) a análise colaborativa de Santomé (1995) ao estudo organizado por Tomas Tadeu da Silva indica que tem prevalecido, nesse embate, a imposição dos valores e interesses dos grupos hegemônicos e consequente silenciamento como estratégia de contenção das possibilidades de reação dos povos oprimidos e subalternizados, que, no entanto, resistem.

¹² Clovis Moura, em publicação da Editora Alfa-Omega (1979) e os editores da Editora Anita Garibaldi (1982), bem como Pedro Corrêa Cabral (1993) e Taís Morais e Eumano Silva (2005) sustentam o intervalo entre 1972 e 1974 como referência factual da Guerrilha do Araguaia. Há, todavia, eventos que atravessam esse tempo, lhe antecedendo e sucedendo, sem, no entanto, romper-lhe o encadeamento.

terra, as formas de sobrevivência precária, situação em que o projeto capitalista, não raro, representa um duplo cativo, do homem¹³ e da terra¹⁴ é o que resta, por isso é preciso resistir. E rememorar essa luta é também uma forma de continuá-la. E nesse processo, não podemos prescindir do fato de que é a urgência dos problemas da vida concreta, especialmente a violência contra os camponeses e camponesas, trabalhadores e trabalhadoras do campo, que demandam, inclusive para esse povo que sofre e que luta, esforço de inteligibilidade de um presente que não se dá a conhecer esvaziado do passado. Luta, terra, guerrilha, violência, trabalho e escravidão são substantivos-chave na relação entre as diferentes temporalidades, condição para a consciência dos sujeitos do Araguaia-Tocantins sobre si e sobre o mundo. Nesse sentido, o que se pretende nesse artigo é, por ocasião dos 50 anos da Guerrilha do Araguaia, pensar, com base nos estudos e ações desenvolvidos a partir de experiências de pesquisa, a memória da Guerrilha do Araguaia como direito dos alunos e alunas da Educação Básica, possibilidade de educação crítica, por isso significativa.

É importante dizer ainda, nessa introdução, que o projeto inicial priorizou a memória de mulheres sobre a Guerrilha. E desse público feminino, mulheres camponesas. Nesse sentido, se tratou, desde o início de uma proposta de estudo das experiências femininas e de suas representações históricas da Guerrilha do Araguaia. Mas, não se trata apenas de uma leitura do fato histórico Guerrilha do Araguaia a partir das representações femininas, mas também, e isso é muito importante, reconhecendo a potencialidade dessas narrativas, discutir o ensino de história situado e significado por estas narrativas e neste contexto. Assim, o esforço é de, ao mesmo tempo em que se produz conhecimento sobre a Guerrilha e as lutas camponesas nela imbricadas, problematizar o ensino de história, sobretudo o currículo, tendo gênero, memória e educação histórica como eixos norteadores.

¹³ A escravidão contemporânea é uma das consequências da expropriação da terra, meio de produção sem o qual homens e mulheres buscam garantir sua subsistência vendendo sua força de trabalho, circunstância em que são enredados pelo trabalho escravo.

¹⁴ Essa é uma discussão importante, com a qual José de Souza Martins contribuiu muito. Ele é um dos intelectuais a demonstrar, ainda no final da década de 1970 (MARTINS, 1986) como a Lei de Terras de 1850 constituiu um marco na estratégia de subtração das possibilidades de acesso à terra aos camponeses pobres. Mais tarde, em trabalhos excepcionais (MARTINS, 1983; 1997), demonstrou a centralidade do processo de expropriação da terra camponesa para a efetivação do projeto de terra de negócio na perspectiva do capital, que avançava sobre a Amazônia maximizando a acumulação a partir de um mecanismo não-capitalista, a escravidão por dívidas.

O tempo da “judiação”

A Vila Santa Cruz dos Martírios fica, no sentido que correm as águas do Rio Araguaia, a 30 quilômetros da sede do município de São Geraldo do Araguaia, a qual está administrativamente ligada. Por muito tempo, o meio mais comum de se chegar à Vila era por água, descendo o Rio até as proximidades da Cachoeira de Santa Isabel, lugar em que paravam os barcos antes da temida descida, e repousavam aqueles que haviam sobrevivido ao martírio da Cachoeira, no entendimento do professor Valdemir¹⁵, memorialista da história local e da Guerrilha do Araguaia, explicação lógica para a toponímia do lugar.

O outro meio é por terra. Nesse caso, o maior desafio é o complexo de serras de que faz parte a Serra das Andorinhas, a mais famosa, que precisa, na impossibilidade de transposição, ser circundada, o que torna a viagem penosa, especialmente se a pé ou em lombo de animal, meio comum até a década de 1990 e substituído pela frequência de trânsito de motos e veículos automotor a partir de então. Entre as décadas de 1960 e 1970, as matas fechadas e serras íngremes tornavam o acesso por terra à Vila Santa Cruz dos Martírios muito difícil. Por outro lado, por água, tanto no período de cheias quanto no verão, a distância requeria embarcações motorizadas que não eram comuns. Essas características naturais contribuíam para que se desenvolvesse aí uma comunidade autossuficiente¹⁶ e que tinha pouco contato com a cidade. Esse é o povo do campo. E esse povo, nas memórias das camponesas do Araguaia¹⁷, vivia bem. As roças eram fartas, porque a terra, livre, era boa. O peixe e a caça estavam disponíveis. As pessoas se conheciam e se solidarizavam. Antes da abertura da transamazônica, e principalmente

¹⁵ Valdemir Ribeiro nasceu em São Geraldo em 1972 e cresceu nas Matas do Araguaia. Em 1999 concluiu o curso de Magistério, formação de nível médio, e se tornou professor na Vila Santa Cruz no ano seguinte, 1998. Em 2004 apareceu a oportunidade de frequentar o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, PARFOR, o que lhe conferiu a licenciatura em História. O professor Valdemir é um intelectual memorialista que ao estudar e problematizar a memória da Guerrilha do Araguaia, também problematiza a ciência histórica e o ensino de história.

¹⁶ A autossuficiência deve ser entendida como a produção do mínimo necessário à sobrevivência, a exemplo dos apontamentos de Antônio Cândido (2003) em seu estudo da cultura e economia na região rural paulista de Bofete.

¹⁷ No dia 10 de fevereiro de 2021, seguindo todos os protocolos de segurança, foi feito um bate-papo coletivo com Dona Madalena, dona Vianês, professora Neide, professor Valdemir, alguns alunos bolsistas e o autor desse texto. O encontro aconteceu no Cantinho da Madalena, um espaço que tem acolhido pesquisadores e turistas que visitam a Vila Santa Cruz dos Martírios. Nossa chegada coincidiu com a visita à dona Madalena que lhe fazia sua amiga e ex-professora, Vianês, uma entre muitos moradores antigos que deixaram a Vila em busca de uma melhora depois da Guerrilha do Araguaia. A professora Neide, que também tem um espaço de acolhimento na Vila, é docente concursada do Município de São Geraldo do Araguaia e, naquele período, também estava secretária de turismo do município.

antes da chegada dos militares para combater a Guerrilha, “o povo tinha seus problemas, mas vivia em paz e isso era bom.” (Dona Madalena, 10/02/2021).

Quando os militantes do Partido Comunista do Brasil, PC do B, chegaram ao Araguaia-Tocantins encontraram comunidades, como a de Santa Cruz dos Martírios¹⁸, que praticavam uma economia de subsistência e eram autônomas em relação à cidade. A terra estava apropriada pelo uso, predominantemente com roças¹⁹ e nestas roças se plantava uma diversidade de gêneros alimentícios, predominando o cultivo de arroz, feijão, fava, milho e mandioca. O óleo, como ainda se faz, era extraído do coco babaçu, tendo as quebradeiras de coco papel importante na economia local. A proteína animal era adquirida dos muitos animais silvestres da região, sobretudo paca, tatu, veado, capivara e anta. Completava esse quadro a relativa facilidade com que se podia obter peixes do Rio Araguaia para o complemento da dieta alimentar.

Há, no entanto, uma tendência de percepção das condições dessas comunidades sob a perspectiva da pobreza. Os próprios militantes do PC do B, a exemplo das representações registradas no Relatório Arroyo (1974) e no Diário da Guerrilha (GRABOIS, 1973), se vêm na contingência de defenderem um povo pobre e abandonado. Seria a condição de miséria e abandono que, na aceção dos militantes do PC do B engajaria os camponeses. Nesse sentido, o que se põe em evidência nessa lógica não é a formação política, mas a expectativa de uma adesão quase automática frente à apresentação de um projeto melhor que a vida que tinham os camponeses. Não são diferentes as representações do outro lado, a repressão. Os militares avaliaram que a própria subversão resultava da miséria do povo que, “em condições de extrema pobreza e inexistência da promoção dos valores ‘democráticos e cristãos’, nos quais se basearia a ‘índole nacional’, as populações ficariam à mercê dos subversivos.” (MECHI, 2015, p. 60).

As Ações Cívicas-Sociais, ACISOs, foram empreendimentos de caráter assistencial a partir dos quais as forças repressivas quiseram compensar esse quadro de miséria. A presença do Estado era, aliás, ainda na mesma lógica do fazer mercê como símbolo de uma honra que pretende o *obligatio* como retribuição (PAIVA, 2015). Nesse

¹⁸ A Vila Santa Cruz dos Martírios pertence ao Município de São Geraldo, que nasceu da exploração do Cristal de Rocha na vizinha Xambioá, que fica do outro lado do Rio, em 1940. Ainda, a Vila de Santa Cruz tem história muito mais longa, remontando ao final do século XVIII quando da crise da mineração em Goiás e da liberação, em 1782, da navegação pelo Tocantins e demais rios. É nesse processo, sobretudo na busca de comunicação entre Goiás e o Grão-Pará, que a Vila Santa Cruz nasce como ponto de parada antes da descida, ou depois da subida, da Cachoeira que recebeu o nome de Santa Izabel.

¹⁹ Na cultura camponesa, roça é a área de plantio de gêneros alimentícios, principalmente arroz, feijão, mandioca e milho, que constituem a base da dieta alimentar familiar.

sentido, comparativamente à análise de José Maria de Paiva sobre os propósitos da educação colonial, na segunda metade do século XX a presença e as ações do Estado ainda estão circunstanciadas pelo dar e receber; o assistencialismo das ações cívico-sociais em troca da submissão/cooperação dos cidadãos/súditos. Mas esse entendimento não se circunscrevia apenas à agentes do Estado e militantes do PC do B; trata-se antes de uma perspectiva histórica sobre o campo, e mais ainda, sobre tudo que está distante do litoral. Nessa acepção, cuja matriz remonta à própria formação do pensamento sociológico brasileiro, a civilidade se confunde com o litoral não por acaso, mas pela permanência de uma imagem que olha saudosa para o Atlântico enquanto sonha com a Europa. Quando a intelectualidade, e por consequência os planejadores do Estado que se orientam pelo discurso dos espaços de referência, se voltam para o interior é para, como bem demonstra Nísia Trindade de Lima (2013), lamentar a ausência de tudo, inclusive de civilidade, progresso e humanidade, fenômeno semelhante com as representações sobre os sertões nordestinos.

No entanto, o que quebra essa vida ritmada por aquilo que Cândido (2003) chama de economia mínima, e produz miséria e violência, é o nacional-desenvolvimentismo imposto à Amazônia pelos governos militares. Essa violência perturba, inclusive, o sossego da sociabilidade do homem do campo. A abertura das grandes rodovias, como a Belém-Brasília e, principalmente, a transamazônica, somadas aos incentivos fiscais concedidos pelo Estado para que o capital privado “desenvolvesse” a região é que vai, sem tirar as comunidades do isolamento, enredá-las numa trama de violência e expropriação e, por consequência, pobreza. Então, o povo da Vila Santa Cruz dos Martírios não era pobre. Esse povo foi empobrecido, entre outras formas, pela concentração da riqueza e pelo controle das atividades extrativas como meios de subsistência. O povo camponês²⁰ foi ficando empobrecido primeiro pela ação dos fazendeiros, que foram grilando as terras da região; depois, pelas forças do Estado que expulsavam o povo de suas roças e em seguida as queimavam, para que delas não se alimentassem os guerrilheiros.

Fazendeiros e agentes do Estado apresentaram aos camponeses do Araguaia-Tocantins a face do mal numa proporção que esse povo ainda não conhecia. Dona Maria

²⁰ O que se entende por camponês aqui é a categoria forjada na solidariedade e no engajamento na causa comum, trajetória de luta que os traduziu como “uma categoria histórica” (GUSMÁN E MOLINA, 2005, p. 80-81). Nesse sentido, camponês e posseiro traduzem a mesma realidade de luta contra o projeto capitalista, de modo que o posseiro é um estado da realidade camponesa.

Madalena²¹ e Dona Vianês²² (entrevistas em 10/02/2021) relatam que não sabiam quem eram nem o que queriam os homens que chegaram à Vila. Eles plantaram roças, coletaram castanha e até montaram farmácia, recurso que o povo não dispunha até então. Somente muito tempo depois ficaram sabendo, pelo discurso dos homens do exército, que se tratava de terroristas perigosos que “queriam invadir o Brasil”.

Na comunidade, com cerca de 600 pessoas²³ no início de 1970, e com a chegada dos agentes da repressão, as pessoas passaram a “pagar” pelo simples fato de residirem na região onde se estabeleceram alguns destacamentos montados pelos militantes do PC do B. O preço a pagar pela solidariedade, traço próprio da identidade camponesa, foi alto. Denunciado por um vizinho por manter relações com Osvaldão, o pai de Dona Madalena foi preso, a roça e a casa foram queimadas e a família, “que ficou apenas com a roupa do corpo” (Entrevista em 10/02/2021), passou a sobreviver de ajudas dos vizinhos. Dona Madalena não soube dizer se o pai apanhou muito, “porque ele nunca falou nada pra gente desse tempo que ficou preso”. Mas sabe que “era muita judiação com o povo” e indica camponeses que conhecia e que foram torturados até vomitar sangue. O avô do esposo²⁴ de Dona Madalena teria sido um destes torturados que vomitaram sangue e depois ficou muito doente. Segundo Madalena, “o finado Silvano, eles bateram também; o finado Germano, fizeram ele comer [...] tudo assim que era de conversa, de fofoca, que eles escutavam, eles queriam obrigar as pessoas a dar conta daquelas pessoas.” (Dona Madalena, 10/02/2021).

O entendimento da Corte Interamericana de Direitos Humanos (2010) da necessidade de garantir o direito à memória no conjunto das políticas de reparação não é

²¹Madalena Vieira da Silva, nascida em 10 de maio de 1964, é esposa de seu Getúlio e filha de Seu Carlos Vieira da Silva, este último, preso e torturado pela repressão por ser amigo de Osvaldão. Dona Madalena tem se constituído numa referência para pesquisadores do tema da Guerrilha do Araguaia não só pela memória que tem dos eventos, mas também pelo calor humano com que tem acolhido pesquisadores de diferentes áreas e instituições no aconchegante *Cantinho da Madalena*. Dona Madalena é o caso de toda uma história de resistência, inclusive no ânimo com que tem driblado todos os obstáculos que têm sido impostos ao povo camponês. Ela, na companhia de seu Getúlio, cultiva frutas, produz artesanato, queijo e criam animais que vendem na feira de São Geraldo do Araguaia. Sempre ativa, Dona Madalena ainda encontra tempo para guiar turistas, na maioria pesquisadores, nos caminhos do Parque Estadual Serra das Andorinhas, palco da Guerrilha do Araguaia.

²² Uma das primeiras professoras da Vila Santa Cruz dos Martírios, Dona Vianês Américo da Silva nasceu em 08 de agosto de 1956 e, à época da Guerrilha do Araguaia, era noiva do seu Paçoca, que nos relatou em entrevista, ter trabalhado para os militares como vigia de presos em troca da promessa de pagamento que nunca foi cumprida. À época da entrevista Dona Vianês residia em Palmas-TO e declarou que, pela força da amizade, sempre visita a amiga Madalena.

²³ A população da Vila Santa Cruz encontra-se, em 2022, bastante reduzida. Muitos abandonaram a região fugindo da violência da Guerrilha, outros deixaram a região depois, expulsos pela cerca e pelo gado, herança da aliança entre Estado e capital.

²⁴ Seu Getúlio estava presente, mas salvo poucas intervenções, manteve-se em silêncio.

equivale à liberdade de reviver a dor, mas a perspectiva de reafirmação da identidade do povo, que sofreu, mas também resistiu. É a percepção do potencial inspirador dessa capacidade de luta que muitos depoimentos foram apresentados à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (BRASIL, 2007), como também fica muito evidente nos relatórios da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014, v. 1; 2). Nesse sentido, não se trata apenas do direito das famílias a saberem notícias de seus entes desaparecidos, mas também do povo do campo de ter respeitada a sua história, cultura e identidade.

O pai de dona Madalena, Ricardo Vieira da Silva, foi traído pelo vizinho, Isídio, que após vê-lo entregar um rolo de fumo a Osvaldão, que se mantinha escondido nas proximidades da roça de seu Ricardo, o denunciou aos militares. Dona Madalena lacrimejou quando relatou as súplicas do pai e de Osvaldão para que Isídio mantivesse segredo sobre a presença do guerrilheiro em casa de Ricardo. Mas, de nada adiantou. Segundo dona Madalena, por gostar de fofoca, chegando à Vila seu Isídio, que era amigo de seu pai, não só denunciou o amigo, como também foi com a polícia até sua casa. O pai foi preso e arrastado para o acampamento dos militares na Vila, e a mulher com as crianças ficaram, desamparadas e chorando.

A revolta de dona Madalena é pela inconfidência do vizinho e amigo do pai. Ela rememora a dor e o opróbrio a que sua família, quase mendigando comida, foi submetida. E tudo isso reforça a sua revolta. O vizinho, no entanto, em nenhum momento sofreu julgamento de valor por ter sido o estopim do infortúnio da família. Generosa, dona Madalena credita a conduta ao simples “hábito que as pessoas têm de falar o que não devem; de não ver as coisas e ficarem quietas”. Outra é a leitura do professor Valdemir (10/02/2021) que interpreta as traições sob a perspectiva do pecunio e de outras vantagens prometidas pelos militares. Segundo ele, não foram poucos os casos de pessoas que melhoraram de vida colaborando com os militares. “Muitos ganharam terra, outros ganharam cargos, e pra conseguir isso tinha quem apontasse o dedo pra gente de quem sempre foi vizinho e amigo”, concluiu o Valdemir. Caso emblemático se deu em Piraquê, do outro lado do Rio, no então Norte de Goiás, ainda região da Guerrilha. Ali, conforme pesquisa (SILVA, 20016), o Estado entregou, a um fazendeiro “bate-pau” dos militares, terras para Reforma Agrária a critério do fazendeiro que, por sua vez, passou a negociá-la em troca de trabalho ou daquilo que os camponeses haviam produzido. Na Vila Santa Cruz, houve os camponeses que foram

obrigados a servirem aos militares como mateiros na caça aos guerrilheiros, mas também houve os casos de voluntários que atuaram sob a promessa de compensação.

A participação dos camponeses na repressão aos guerrilheiros é tema bastante delicado. O que é pouco explorado, em favor de uma leitura fundada nas virtudes camponesas, é a colaboração interessada. Na última visita à Vila Santa Cruz, em janeiro de 2022, estive com um depoente que trabalhou com os militares, vigiando outros camponeses presos, porque, jovem à época, lhe foi prometido que seria levado para o serviço militar em Marabá, e ele “queria ganhar dinheiro”. Decepcionado, relatou a sua luta, até aquela data, para receber ao menos pelo serviço que prestou enquanto guarda de preso. Em outra visita, no início de 2021, estive com uma família, por indicação da professora Neide²⁵, mas não consegui sequer ser convidado para entrar e me sentar, tendo a pretensão de entrevista frustrada. Fiquei sabendo, depois, que essa era a família do mateiro que auxiliou o exército na caça aos guerrilheiros e matou o Osvaldão. Duas alunas bolsistas se demoraram em frente à casa, descansando à sombra de uma mangueira, momento em que, na ausência do professor coordenador, uma senhora que se apresentou como filha do mateiro, partilhou toda sua revolta com o fato de nunca terem recebido indenização do serviço prestado pelo pai, embora o tivesse feito sob a promessa de ganhar terras e dinheiro.

Memória Proibida: a interdição do passado

Uma das escolas particulares mais caras do Brasil é o Colégio Miguel de Cervantes, que cobra uma anuidade de mais de sessenta e cinco mil reais e está localizado no Morumbi, região nobre da cidade de São Paulo. É uma escola para os filhos da elite branca paulista. A escolinha da Vila Santa Cruz dos Martírios, que funciona precariamente, passou a contar com energia elétrica em 2017. É uma escola para filhos de camponeses pobres. É importante em face desse primeiro problema, do desnível estrutural entre essas duas realidades, problematizar a lógica da simetria que tem substanciado os discursos e as políticas educacionais no Brasil, especialmente o currículo. Cabe, no contexto da reflexão sobre os povos do Araguaia-Tocantins, pensar criticamente a violência da imposição dos mesmos conteúdos e práticas a culturas e

²⁵ Maria Neide Paz dos Santos Rodrigues, a professora Neide como é conhecida, nasceu na Vila Santa Cruz dos Martírios e foi um dos nossos primeiros contatos. Embora, à época, fosse titular da Secretaria de turismo do Município foi sempre solícita não só em nos receber na Vila Santa Cruz, mas também em partilhar sua memória da Guerrilha e nos colocar em contato com outras pessoas, inclusive dona Madalena e dona Vianês, que não conhecíamos.

histórias tão distintas; projeto que só pode prosperar na imposição de uma cultura e história sobre outra cultura e história. E é dessa lógica que se constitui a Base Nacional Comum Curricular, BNCC, da interdição da memória do povo do campo em favor da imposição da história dos bandeirantes e de outros episódios em que o povo camponês, indígena, negro e da periferia aparecem apenas como figurantes subalternizados, vítimas e produtores da violência e do atraso. Na BNCC, o discurso do Currículo Comum é o canto da sereia que induz à crença de que o Estado quer promover igualdade de estudos, quando na realidade o que faz é impor uma memória histórica selecionada tendo como referências as classes dominantes e seus interesses que, por isso, se impõem pensamento histórico hegemônico e homogêneo. Esse é um aspecto fundamental da crítica ao documento, a ausência da vida e das lutas do povo em favor de um currículo comum que tem como referências os valores e a cultura urbana, branca e geograficamente localizada entre o sul e o sudeste do país.

Mas, apesar da BNCC, a existência da Dona Madalena é resistência. Ela sobreviveu à morte quando os homens, com uniformes verde-oliva com a bandeira do Brasil à altura do ombro queimaram roças e casas de homens pobres que tinham mulheres e muitos filhos. Dona Madalena, quando seu pai esteve preso no acampamento do exército, ousou pedir autorização dos militares para voltar à casa de onde haviam sido enxotados pelos agentes do Estado apenas com a roupa do corpo. Foi a parte mais triste do relato de Dona Madalena, com os olhos cheio d'água, lembrar a casa e a roça em cinzas e carvão. Apenas o pilão, de limpar arroz, “feito em madeira muito boa, ainda tinha brasas e uma fumacinha.” (Dona Madalena 10/02/2021). A boniteza dessa história não está na tragédia que ela é, mas na resistência implicada. Dona Madalena não é apenas uma vítima da Ditadura. Dona Madalena, como muitas e muitos outros homens e mulheres da Vila Santa Cruz dos Martírios foram martirizados, mas resistiram, e até hoje denunciam essa violência numa memória que se desvela em lágrimas não só pelo trauma dessa violência, mas também pelo protesto da falta de reparação do Estado.

A memória das mulheres camponesas da Vila Santa Cruz dos Martírios se revela força de resistência, nunca um discurso acomodado ao lugar de vítimas. São mulheres comprometidas não só com a história da comunidade, mas também com a sustentabilidade, para o que têm defendido o Parque Estadual Serra das Andorinhas, de que Dona Madalena é guia, contra as investidas de fazendeiros e mineradoras. As mulheres, sobretudo a professora Neide e Dona Madalena são ativas na educação das

gerações futuras não só atuando no processo formal de educação, como também desenvolvendo iniciativas que ensinam sobre sustentabilidade, economia familiar e história. Elas sabem sobre grilagem de terras e trabalho escravo e ensinam alternativas a estes males, como a importância de resistir na terra e cultivá-la de modo sustentável, no que tem sido importante a parceria do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará, IDEFLOR-BIO.

Mas, o currículo quando não silencia, diz pouco e caricaturalmente dessa realidade. Os grandes massacres, desde o trágico episódio do Brigue Palhaço²⁶ ao massacre da Curva do S²⁷, não constituem conteúdos do ensino de história. A luta do povo pobre, como também do povo da periferia, de negros e indígenas não é curricularizado porque a história que se ensina é mais sobre estática do que sobre fatos. O discurso do currículo comum como critério de igualdade no sistema de ensino é uma ficção perversa. É ficção, pois a realidade histórica sempre irrompe como força incontrolável e, seja por ação docente ou discente, o mundo dos vivos tende a subverter essa ordem imposta. E é perversa porque, por interesses de alguns, interdita o direito à vida porque nega a memória de muitos.

Rüsen (2006; 2015) postula que pensar o ensino de história passa, necessariamente, pela reflexão sobre como as pessoas aprendem a pensar historicamente. O pensar historicamente, no entanto, não se dá sobre o nada, mas a partir do tempo presente que demanda o passado como inteligibilidade. A racionalidade histórica se dá na relação dos sujeitos com as temporalidades. O mundo dos vivos, em consequência, está implicado nesse entender o tempo. É preciso, portanto, que o aluno aprenda a se perceber no mundo e que entenda as temporalidades que constituem o mundo, inclusive em seu devir. E não é possível consciência história a partir do passado dos outros. O sentido dessas narrativas históricas é significar a experiência do tempo para os próprios sujeitos que, captando os sentidos das temporalidades, adquirem as competências demandadas pelo presente e podem, a partir daí, conjecturar o futuro como possibilidade. Trata-se, pois, da superação da educação fundada num currículo elaborado nos centros de poder e imposto aos sujeitos do campo, mesmo quando não

²⁶ Em 1823 cinco pessoas foram fuziladas sumariamente e outras 252 mortas por sufocamento no interior do Veleiro São José Diligente, também chamado de Brigue Palhaço. O motivo, repressão ao movimento popular que se opunha ao processo de independência nos termos em que se dava, uma independência de Portugal com os portugueses no poder. Mais tarde essa revolta do povo estouraria no movimento popular mais importante da história do Brasil, a Cabanagem.

²⁷ Quando em 1996 no município de Eldorado dos Carajás-PA, a polícia militar do Estado do Pará assassinou, covardemente, 19 trabalhadores que lutavam pelo direito ao uso da terra em litígio e improdutiva.

lhes diga absolutamente nada. A consciência é consciência de sujeitos determinados. Isso não implica dizer que a história geral não tenha importância, o que se quer é dizer que o entendimento da história enquanto ciência passa pelo saber sobre a natureza dessa ciência, da complexidade que envolve a construção das narrativas históricas e de como as temporalidades se relacionam e os fatos, ou o aprender pensar historicamente são fundamentais nesse processo. É nesse sentido que o ensino de história não pode amputar a memória dos alunos da Educação Básica do Araguaia-Tocantins.

E o passado destes sujeitos, com repercussões no presente, não é marcado apenas pela questão agrária e a Guerrilha do Araguaia. Há ainda a luta social dos garimpeiros, luta simbolizada pelo episódio conhecido como Massacre de São Bonifácio ou Massacre da Ponte²⁸. Garimpeiros sobreviventes desse massacre seriam depois assassinados em outro massacre promovido pelo Estado e executado pela Polícia Militar, o Massacre da Curva do S, ou Massacre de Eldorado dos Carajás²⁹. Os massacres vão se repetindo no tempo e permitindo múltiplas leituras, inclusive sobre a força das elites econômicas no controle do Estado, como ficou evidente no massacre de trabalhadores mais recente, o Massacre de Pau D'arco, em maio de 2017. É preciso que se dê a ler esses fatos no espaço da sala de aula de modo que os alunos possam entender a costura que os realizou. A violência na Amazônia entre as décadas de 1960 e 1970, especialmente na região da Vila Santa Cruz dos Martírios, é um fenômeno planejado, executado e financiado pelo Estado. A exemplo, o estudo de Peñarrocha (1998) mostra como a política desenvolvimentista do governo civil-militar financiou a violência na Amazônia, especialmente no Sul do Pará, o que também é demonstrado nos estudos de Martins (1984); Oliveira (1989;1997), Kotscho (1982), Nascimento (2000) e Figueira (1986) dentre outros.

²⁸ Nesse episódio, em 1987, o Estado do Pará respondeu à uma manifestação de garimpeiros que fechavam a ponte do Rio Tocantins, obstruindo a passagem do trem de minério, mandando para o local a Polícia Militar e o Exército. Cada uma dessas forças fechou um lado da ponte e os mais de 300 trabalhadores que lutavam para garantir direitos trabalhistas por sua atuação no garimpo de Serra Pelada, cercados, ficaram no meio. Quando a polícia investiu violentamente sobre o grupo, muitos pularam da ponte a uma altura de cerca de 70 metros de altura. “Mais de 30 anos depois, o número de mortos ainda não está verdadeiramente desvendado. O governo, à época, sinalizava com dois mortos, conta que subiu para nove nos anos que se seguiram, mas registros apontam de 50 a 79 desaparecidos em decorrência dos conflitos”. (BRASIL DE FATO, 2020).

²⁹ Em Rampazzo (2007) José Batista Afonso, advogado da Comissão Pastoral da Terra e outros depoentes, sobreviventes do Massacre de Eldorado dos Carajás, declaram acreditar que não foram apenas 19 trabalhadores assassinados. A tese é de que, sendo muitos destes trabalhadores ex-garimpeiros a muito sem vínculo com a família teriam sido mortos e depois, sem identificação por familiares, enterrados clandestinamente ou tiveram seus corpos ocultados.

Em *A guerra Popular no Araguaia* (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, sem data), o estudo do PC do B para implantação da Guerrilha Rural no Araguaia apresenta, entre outras razões, o contexto de violência em torno da disputa por terra na região. Essa violência, no entanto, era recente. Octávio Ianni (1978) demonstra que até meados de 1960, na Amazônia, e no sudeste paraense em particular, as terras eram predominantemente livres. Isso decorria de dois fatores principais, de um lado, a ausência de infraestrutura para escoamento de produção, o que dificultava investimentos capitalistas mais onerosos e, do outro, o tipo de economia predominante, a extração do caucho, depois da castanha, não implicarem disputa pela posse da terra. A terra em si não era um bem de capital. Da terra não se obtinha renda, senão daquilo que se podia produzir nela; no caso, a caucho, a castanha e a roça. A abertura das grandes rodovias mudou esse cenário porque viabilizou o escoamento daquilo que se podia produzir em terras vastas e férteis. Carretas de boi puderam transitar pelos trechos construídos da transamazônica. Há, então, um processo de transmutação do valor da terra, que passou a ser negociada pelas possibilidades de lucro aventadas pelas benfeitorias do Estado. Acompanhou esse movimento de atração capitalista, e aprofundou o avanço sobre as terras ocupadas por índios e posseiros, a política de incentivos fiscais³⁰ do governo

³⁰ Como se demonstrou (SILVA, 2011), os incentivos fiscais fazem parte de uma velha contradição do Estado brasileiro, paternalista com as elites econômicas que exigem redução das funções estatais naquilo que pode atender aos pobres. Assim, quando em 1963, a Lei 4.216 estendeu os incentivos fiscais à Amazônia, eles já existiam no Nordeste, favorecendo grandes empreendimentos em detrimento da pequena propriedade rural. De modo geral, essa política foi pouco significativa na Amazônia até 1966, ano em que a inoperante Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, SPVEA, foi extinta e criada, em seu lugar, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, com a responsabilidade de administrar os incentivos fiscais, e o Banco da Amazônia, BASA, responsável pela operacionalização dos créditos concedidos pelo governo através da SUDAM. As linhas mestras da política econômica para a Amazônia, definidas na chamada Operação Amazônia, era atrair investimentos para a região através dos incentivos fiscais; estruturar uma política de ocupação do solo para resolver o problema fundiário na Amazônia e no Nordeste e investimento em infraestrutura de comunicação e mobilidade para tirar a Amazônia do isolamento geográfico. A estrutura de acesso aos incentivos fiscais da SUDAM, assim como da sua congênere, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE, previa a isenção de imposto de renda em 50% para os investimentos já em funcionamento e em 100% para novos projetos que entrassem em funcionamento até 1971. Além disso houve isenção de impostos e taxas incidentes sobre maquinário importado. Na verdade, com os incentivos fiscais os empreendimentos na Amazônia tornavam-se negócios de poucos investimentos. A SUDAM financiava até 75% do empreendimento ficando o restante, 25% sob responsabilidade do investidor. Nesse caso, o investidor poderia declarar a terra como contrapartida do investimento. Mas, essa mesma terra poderia ser, e em muitos casos de fato era, grilada. Além disso, como havia linhas de crédito especial, como o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste, PROTERRA, Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, POLOCENTRO e o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, POLOAMAZÔNIA, o beneficiário da SUDAM poderia ainda conseguir a integralidade do valor do seu projeto apresentado como investimento para o desenvolvimento da Amazônia. Embora a SUDAM declarasse que os projetos aprovados em seu âmbito não poderiam beneficiarem-se de crédito junto a bancos públicos, Oliveira (1992) identificou nos arquivos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, EMATER, relatórios de empreendimentos beneficiados, concomitante, pela SUDAM e pelo POLOCENTRO. As S/A transformaram-se no paraíso

militar. Foi a partir de então que a pobreza e a morte matada passaram a assolar a região, mas não apenas porque o povo camponês sofria e morria, mas também porque esse povo sofria e lutava. Foi nesse cenário que os militantes do PC do B encontraram os camponeses da Região do Araguaia-Tocantins.

Temos discutido e enfrentado (SILVA, 2016; 2020; 2021; 2022; SILVA, OLIVEIRA, 2018; 2019) a interdição dessa memória. E não se trata apenas de um esforço circunscrito aos anos de Ditadura (1964-1985), mas vai muito além. É preciso considerar, concordando com a professora Irene Cardoso (1990), que a interdição se impôs, primeiro, em decorrência do medo que a repressão inspirava, e depois a anistia promoveu uma “conciliação” que tinha no silêncio sua condição de êxito. O terceiro mecanismo de interdição dessa memória é a educação. E na educação, a história tem sido o campo privilegiado dessa violência que impõe aos sujeitos do campo identidades históricas outras.

Nesse quadro, só é possível ignorar o fato de que há uma educação odiosa, da qual o ensino de história faz parte, a quem desconheça as depredações aos prédios das escolas públicas no Brasil, expressões desse ódio ao que essa escola encarna. Enquanto professor, que trabalhou por quase 10 anos no sul do Pará, sempre lidei, no horizonte da minha prática docente, com o desafio de um currículo que quase nada diz sobre a realidade e os povos do Araguaia-Tocantins. Currículo insípido, incolor e inodoro. Falta a presença, desde os livros didáticos aos materiais de apoio, dos sujeitos do processo, ou seja, os alunos e alunas do campo. Faltam os camponeses e a luta camponesa. Há uma ausência desconcertante de temas ligados à violência no campo, à precarização do trabalho rural e da luta pela terra, bem como do debate sobre agricultura sustentável, preservação dos córregos, dos rios e de outros temas próprios da vida campesina. O ódio, que pode se manifestar em pichações, evasão, passividade, etc., é consequência de um modelo de escola que não só não serve, como obsta os projetos desse povo. O estranhamento e desinteresse dos alunos pela história que se ensina nas escolas é uma das consequências desse caráter alienígena do currículo, característica dessa nossa educação que já tivemos oportunidade de discutir (SILVA, 2021; 2022; SILVA, OLIVEIRA, 2018; 2019) em outros momentos.

das aventureiras capitalistas na mesma medida que no inferno de indígenas, posseiro e dos trabalhadores rurais.

Considerações finais:

Desde meados da década de 1970 professores e pesquisadores questionavam o modelo de educação brasileira. Esse movimento era plural e a diversidade de pontos de vista constituía uma riqueza que foi muito importante na construção do capítulo sobre educação na Constituição Federal de 1988. Os três primeiros incisos do Artigo 206 da Constituição (BRASIL, 2001) traduzem os esforços dessas pessoas que se engajaram na luta por uma escola que fosse para todos, fundada na liberdade e no pluralismo de ideias. Não é por acaso que o Artigo 206, que trata dos princípios da Educação brasileira, privilegie logo de início a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Essa preocupação é uma constatação comum entre aqueles que se dedicam ao estudo da história da educação no Brasil, a exemplo de Schueler (2008); Saviani (2013) e Romanelli (2003). As características regionais impunham realidades escolares muito díspares no país, inexistindo um sistema nacional que garantissem condições mínimas comuns, inclusive curricular. Os manifestos dos intelectuais que ficaram conhecidos como *Pioneiros da Escola Nova* denunciavam esse fato como problema gravíssimo que requeria urgente solução. A Constituição de 1988 foi o desaguar desses anseios acumulados historicamente. A questão é que as estratégias para garantir acesso à escola, e permanência daqueles que se achegam a ela, são plurais, prevalecendo iniciativas assistencialistas que escondem o autoritarismo sob o manto do paternalismo.

As políticas compensatórias e a assistência estudantil são muito importantes. Mas não encerram o problema do acesso e permanência na escola. Entendemos que a escola precisa se justificar para além da comida e dos demais auxílios. O aluno quer se reconhecer e se apropriar da escola. No entanto, em que pesem algumas iniciativas ligadas ao movimento marxista, prevalece uma escola segregacionista que aparta o aluno da sua própria história e cultura. A BNCC é expressão desse esforço autoritário e segregacionista que encontrou na conjuntura do golpe de 2016, o tempo/espço para sua realização.

Os gestores do capital que se encastelaram no Estado e assumiram o controle da Educação a partir do golpe de 2016 usam a Constituição para justificar a BNCC. De fato, a Constituição previa conteúdos mínimos comuns, Artigo 210, como parte do esforço de garantia de equidade do sistema de ensino. E foi na defesa de um sistema mais justo e eficiente, que ampliasse a oportunidade aos mais vulneráveis que se

iniciou, em 2011, a discussão sobre a Base Comum. A BNCC é, sobretudo no modelo de ensino que impõe, baseado em itinerários formativos e na marginalização da história enquanto ciência, um desafio maior à memória da Guerrilha do Araguaia como possibilidade de ensino.

Mas não podemos deixar de sonhar, e não podemos deixar de lutar. As atividades que temos realizados, tanto no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, PIBIC quanto no Programa Alvorecer, têm indicado o acerto na aposta da memória das mulheres camponesas como possibilidade de entendimento desse evento que foi a Guerrilha do Araguaia. Pensar memória e educação, no contexto da BNCC, é ousar romper o cerco no engajamento por uma escola na qual os povos do Araguaia-Tocantins possam se reconhecer. E o que propomos é romper o cerco usando as próprias armas daqueles entravam nosso direito à memória. A BNCC, nas orientações para as ciências humanas, prescreve “interessa no conhecimento histórico é perceber a forma como os indivíduos construíram, com diferentes linguagens, suas narrações sobre o mundo em que viveram e vivem, suas instituições e organizações sociais.” (2017, p. 397). Na página seguinte, ainda num tom progressista, acrescenta que é preciso, no processo de ensino, recorrer a recursos que possibilitem professores e alunos a colocarem “em questão o significado das coisas do mundo, estimulando a produção do conhecimento histórico em âmbito escolar.” (2017, p. 398). É a estética de um discurso que mascara o caráter autoritário da BNCC. Mas, também é uma possibilidade na medida em que professores, alunos e quem mais participe do processo educativo possam apropriarem-se dessas fendas e avançarem na construção de uma educação democrática e libertadora.

À luz da ideia de igualdade de direitos e da dignidade como um valor, previstos no capítulo sobre os direitos fundamentais, Artigo 5º da Constituição Federal, bem como do direito à educação de qualidade, Artigo 210 da CF e do que dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conhecida como LDB, podemos postular a memória como direito na Educação Básica. Esse postulado se funda no entendimento de que a memória é possibilidade de emersão da história dos povos do campo no Araguaia-Tocantins.

Essa é a perspectiva da pesquisa e da extensão, mas é também os fundamentos das práticas de ensino. Entendemos que a consciência histórica, causa do próprio processo de ensino, tem na ligação dos sujeitos com suas próprias vidas no drama que vivem e que leem no tempo, o seu devir. Essa é a emergência da reflexão sobre os 50

anos da Guerrilha do Araguaia na relação com a memória enquanto direito na Educação Básica. Essa é a possibilidade de superação da história odiosa de que nos fala Murilo Mendes (*apud* NADAI, 1993). A assepsia do currículo em relação aos povos do campo precisa ser superada por uma educação que, sendo crítica (FREIRE, 1987; 2008) é condição, especialmente pela mediação da memória, garantida como direito, de consciência e de mobilização das temporalidades.

Referências

Bibliografia

- AGUIAR, Márcia Angela da Silva; DOURADO, L.F. (orgs). A BNCC na contramão do PNE 2014-2024. Recife: ANPAE, 2018.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993. Tese de Doutorado.
- ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- ASSELIN, Victor. *Grilagem: corrupção e violência em terras dos carajás*. Petrópolis: Vozes/CPT, 1982.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 10. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.
- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. Memória de 68: terror e interdição do passado. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 2 (2): 101-112, 2 sem. 1990.
- CHINEM, Rivaldo. *Sentença: padres e posseiros do Araguaia*. Rio de Janeiro: paz e terra, 1983.
- CRUZ, José Adelson da. *Luta pela terra, práticas educativas e saberes no Médio Araguaia-Tocantins*. Goiânia: UFG, 2000.
- ESTERCI, Neide. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____. *A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- GUZMÁN, Eduardo Sevilla & MOLINA, Manuel González de. *Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- IANNI, Octávio. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- KOTSCHO, Ricardo. *O massacre dos posseiros: conflitos de terra no Araguaia-Tocantins*. 2a ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LIMA, Nísia Trindade de. *Um sertão chamado Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2013.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1983.

- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. *A militarização da questão agrária no Brasil: terra e poder – o problema da terra na crise política*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MECHI, Patrícia. A Guerrilha do Araguaia e a repressão contra camponeses: reflexões sobre os fundamentos e as práticas repressivas do Estado brasileiro em tempos de ditadura. *História revista*, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 48–70, jan./abr. 2015.
- MOURA, Flávia de Almeida. *Escravos da precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.
- NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectivas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: v. 13, n 25/26, pp. 143-162, set. 92/ago. 93.
- NASCIMENTO, Durbens Martins. *A Guerrilha do Araguaia: paulistas e militares na Amazônia*. Belém: UFPA, 2000. Dissertação de Mestrado.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. 2ª. ed. São Paulo: Papyrus, 1989.
- _____. A geografia de uma história de lutas. In: *A Geografia das Lutas no Campo*. 8ª Ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. *Os grandes empreendimentos agropecuários na Amazônia (relatório parcial)*. Brasília: Emater, 1992.
- PAIVA, José Maria de. Estado e Educação. A Companhia de Jesus: Brasil, 1549-1600. *Revista Brasileira de História da Educação*. vol. 15, n.2 (38), mai./ago. 2015, p.169-191.
- PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, Belém, v. 6, n. 3, pp. 479-499, set.-dez. 2011.
- PEÑARROCHA, Pedro Petit. *Territórios, política e economia: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*. São Paulo: USP, 1998. Tese de Doutorado.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930-1973)*. 36.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. Tradução de Marcos Roberto Kisnick. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 7-16, jul.-dez. 2006.
- _____. *Teoria da história: uma teoria da história como ciência*. Tradução de Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: UFPR, 2015.
- SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.
- SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Revista Tempo*, n 26, outubro de 2008.
- SILVA, Moisés Pereira. O trabalho escravo contemporâneo e a atuação da CPT no campo (1970 - 1995). 2016. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2016.
- _____. Significar o mundo: a educação histórica como perspectiva de enfrentamento ao trabalho escravo. *Rev. Fac. Direito UFMG*, Belo Horizonte, n. 77, pp. 195-213, jul./dez. 2020.
- _____. Aproximações entre Paulo Freire e Jörn Rüsen numa experiência de educação do campo. Congresso Internacional e Congresso Nacional Movimentos Sociais &

Educação, v. 1, n. 1, 2021. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/cicnmse/article/viewFile/10055/9862>

SILVA, Moisés Pereira; Et. Ali. O dever de contar: as variadas formas de narrativas de reconstrução da Guerrilha do Araguaia a partir da oralidade camponesa. *Revista Juçara*, v 6, n 1; 2022.

SILVA, Moisés Pereira; OLIVEIRA, Jôyara Maria Silva. A docência no sistema modular de ensino da rede pública do Pará e a biografia do padre Josimo Moraes Tavares: perspectivas teórico-práticas para a educação histórica. *Revista História Hoje*, v. 8, nº 16, p. 234-255 – 2019.

_____. Padre Josimo Moraes Tavares, intelectual da libertação: problematização da história que se ensina e perspectivas para o ensino de história no Araguaia-Tocantins. In: CARVALHO, José Rodrigues; LIMA, Milton Pereira. *História, cultura, educação e sentidos identitários no Vale do Araguaia paraense*. Goiânia: Kelps, 2018.

Imprensa

SOUZA, Mariana Duarte. Qual a história por trás do massacre de garimpeiros da Ponte de Marabá? *Brasil de Fato*, São Paulo (SP), 26 de Janeiro de 2020. In: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/26/qual-a-historia-por-tras-do-massacre-da-pontede-maraba/>. Acesso em: 02 dez. 2021.

Documentário

RAMPAZZO, Alexandre. *Nas terras do bem virá*. Direção: Alexandre Rampazzo. Produção: Eclipse Produções/ Varal Filmes. País: Brasil. Duração: 110min. Ano: 2007.

Documentos Escritos

ARROYO, Ângelo. Relatório Arroyo. CNV, 1974. In: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/component/content/article/41-documentos-citados-no-volume-i-do-relatorio/619-documentos-citados-capitulo-14.html>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Brasília. Senado Federal 2001.

_____. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf, Acesso em: 03 mar. 2022.

BRASIL; CNV. Relatório: textos temáticos/Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1; 2).

BRASIL; SEDH. *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

CNV. A Guerra Popular no Araguaia: 1973. In: https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2015/06/documentos-e-relatorios_araguaia_parte3.pdf. Acesso em: 10 mar. 2022.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso gomes lund e outros (“guerrilha do araguaia”) vs. Brasil. Washington, D.C: Sentença de 24 de novembro de 2010.

FUNDAÇÃO MAURÍCIO GRABÓIS. Diário da Guerrilha. Araguaia: s/d. In: <https://www.grabois.org.br/portal/especiais/136883-44738/2014-04-10/diario-de-mauricio-grabois-na-guerrilha-do-araguaia>. Acesso em: 15 mar. 2022.

PC DO B. Estudo do PC do B para implantação da Guerrilha Rural no Araguaia (1968-1972). In:

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo14/Nota%2010%20-%20BR_DFANBSB_VAY_0042_d.pdf, acessado em 10/02/2022.

Entrevistas

Maria Neide Paz dos Santos Rodrigues. Vila Santa Cruz dos Martírios, entrevista em 10/02/2021.

Madalena Vieira da Silva. Vila Santa Cruz dos Martírios, entrevista em 10/02/2021.

Vianês Américo da Silva. Vila Santa Cruz dos Martírios, entrevista em 10/02/2021.

_____. Palmas, entrevista em 09/11/2021.

Valdemir Ribeiro. Vila Santa Cruz dos Martírios, entrevista em 10/02/2021.